

OBSERVAÇÕES SEMÂNTICAS SOBRE O ESTUDO DA CRASE NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

SEMANTICS OBSERVATION OVER *CRASE* STUDYING ON BRAZILIAN PORTUGUESE

Nize Paraguassu Martins
UESPI

Rivanildo da Silva Borges
SEMEC- THE

Resumo: Comumente, não encontramos na tradição gramatical explicações sobre o fenômeno da Crase que levem em conta o nível semântico de análise linguística. Neste trabalho, defendemos que o nível semântico é extremamente relevante para a compreensão e abordagem escolar da Crase. Desse modo, o objetivo deste trabalho é descrever o fenômeno da crase no português brasileiro (PB) a partir do nível semântico de análise linguística. Para tanto, desenvolvemos uma pesquisa exploratória, bibliográfica, de cunho qualitativo utilizando como fundamento teórico os trabalhos de Müller, Paraguassu-Martins e Taveira da Cruz, alinhados à Semântica Formal, além das ideias de Ferrarezi Junior, Perini e Travaglia sobre o ensino de gramática. Concluímos que o estudo da Crase, e de modo mais amplo o ensino de língua portuguesa, não pode prescindir do nível semântico de análise linguística, sob pena de reduzir a complexidade e precisão das análises linguísticas e, principalmente, de tornar-se um obstáculo ao envolvimento dos alunos com a reflexão de sua própria língua.

Palavras-chave: Semântica Formal; Crase; Nomes nus; Português brasileiro; Ensino de língua materna.

Abstract: Usually, we can't find on grammatical tradition explanations about *Crase* phenomenon which take into account semantic level of linguistic analysis. In this paper, we aim that semantic level is extremely relevant for the comprehension and school approach of this phenomenon. Thus, the goal of this paper is to describe the crase phenomenon in Brazilian Portuguese (BP) from the semantic level of linguistic analysis. Therefore, we develop an exploratory, bibliographical research, with qualitative approach using as theoretical basis of Müller and Paraguassu-Martins' work, affiliated with Formal Semantics, in addition to Perini and Travaglia ideas about grammar teaching. We conclude that the study of Crase, and in a large view the Portuguese language teaching can't disregard the semantic level of linguistic analysis, otherwise the complexity and precision of linguistics analysis would be reduced and, mainly, the students' involvement with reflection about their own language would be compromised.

Keywords: Formal Semantics; *Crase*; Bare Nouns; Brazilian Portuguese; Native language teaching

1 INTRODUÇÃO

A análise semântica das línguas naturais de cunho formal tem, desde seu surgimento, difundido diagnósticos extremamente úteis à compreensão do funcionamento das línguas humanas. Essas análises nos certificam da disparidade que há entre a descrição dos fatos linguísticos e a prescrição de normas de uso de uma língua. Neste trabalho, refletimos acerca de um desses pontos de divergência, especificamente no caso de um fenômeno previsto para a modalidade escrita do português brasileiro (PB) – mas não discutido a contento, conforme veremos – pela tradição gramatical normativa denominado Crase¹.

Consideremos o artigo 243 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para compreendermos a problemática que discutiremos neste artigo. Nele é dito que é proibido:

Art. 243. Vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, ainda que gratuitamente, de qualquer forma, a criança ou a adolescente, bebida alcoólica ou, sem justa causa, outros produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica [...] (BRASIL, 1990, grifo nosso).

Tomando como base apenas as definições e análises realizadas tradicionalmente sobre a Crase, não conseguimos explicar a não ocorrência de Crase no trecho anterior em destaque. A regra geral nos diria que substantivo feminino regido pela preposição ‘a’ leva Crase, e é esse o caso de ‘criança’. Assim, do ponto de vista fonológico, morfológico e sintático, esse seria um caso de ocorrência de Crase. Mas é no nível semântico que encontramos as explicações para a precisão na escrita do trecho anterior. Conforme veremos, a não utilização da Crase nesse trecho é uma questão de escolha semântica e tem como referência algo diferente do que seria se houvesse Crase. Por esse e outros motivos, defendemos neste trabalho que, apesar do critério semântico não ser levado em conta pela tradição gramatical na explicação do fenômeno da Crase, ele é extremamente relevante para a compreensão e abordagem da Crase na escola.

Desse modo, o objetivo deste trabalho é descrever o fenômeno da Crase no PB a partir do nível semântico de análise linguística. Mais especificamente, ele visa apresentar os níveis de análise linguística considerados nos estudos da tradição gramatical da Crase e apontar a importância do critério semântico no estudo da Crase, no contexto da análise e reflexão da língua.

¹ Estamos utilizando aqui o termo ‘crase’ referindo-se à fusão da preposição com o determinante no PB escrito atual. Não é nosso alvo a crase enquanto metaplasmo – fenômeno diacrônico – ou a crase enquanto fenômeno prosódico.

O artigo segue organizado da seguinte forma: a seção 2, apresenta uma discussão sobre o ensino de Língua Materna; a seção 3, trata da análise tradicional da Crase; a seção 4 discorre sobre a contabilidade dos nomes; a seção 5, apresenta a noção da não-especificidade; a seção 6, demonstra que é possível uma análise semântica da Crase; a seção 7, analisa a natureza sintática da Crase e, finalmente, a seção 8, apresenta as considerações finais.

Não são poucas as investidas no sentido de demonstrar a superficialidade de discussões das gramáticas prescritivas, mas não se trata (ou não deve se tratar) de um simples registro de inconsistências, mas da recomendação de soluções para tais problemas, bem como a incitação a uma análise linguística eficaz dos fatos linguísticos, no nosso caso em especial, a uma análise semântica.

Concluimos, portanto, que o estudo da Crase, e de modo mais amplo o ensino de língua portuguesa, não pode prescindir do nível semântico de análise linguística, sob pena de reduzir a complexidade e precisão das análises linguísticas e, principalmente, de tornar-se um obstáculo ao envolvimento dos alunos com a reflexão de sua própria língua.

2 O ENSINO DE LÍNGUA MATERNA

Não são poucas, nos últimos anos, as análises da relação entre Linguística e ensino de língua materna. No tocante ao ensino de gramática, o debate é ainda mais acalorado, já que muito se tem discutido sobre o lugar da gramática no ensino da língua portuguesa. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), por exemplo, debruçaram-se sobre essa temática e já negam a possibilidade de não se ensinar gramática na escola, alerta apenas sobre o que, o para que e o como ensinar essa gramática. Nesse contexto, é necessário que o conhecimento produzido e difundido pela ciência Linguística saia dos cursos superiores e chegue, por intermédio do professor, à sala de aula.

Nogueira (2010) apresenta diversas contribuições da Linguística para o ensino de português. A autora faz um inventário dos estudos no âmbito da Linguística Funcional que são capazes de instrumentalizar o professor da educação básica. De modo análogo, apresentamos neste artigo uma possível contribuição da Linguística Formal, especificamente da Semântica Formal, ao ensino de língua portuguesa. No contexto do estudo de uma gramática reflexiva, demonstrar essa influência positiva dos estudos linguísticos, seja de cunho Formal ou Funcional, é um importante serviço ao professor do ensino básico, uma vez que, segundo Travaglia (2009, p. 178), “o professor pode perceber que dentro dos estudos linguísticos [...] ele encontrará farto

material para motivar e subsidiar a preparação de atividades de gramática reflexiva de forma sistemática e produtiva para seus alunos”.

O objetivo do professor de língua materna deve ser o de demonstrar que

A linguagem humana é um objeto passível de descrição e explicação científica como qualquer outro objeto científico. Portanto, a escola também é o lugar em que deveríamos ser levados a refletir sobre o que é a linguagem humana, sua natureza, sua função, sua origem, sua organização, enfim, a refletir acerca de todas questões sobre as quais a Linguística moderna tem se debruçado (NEGRÃO, 2013, p. 105).

O professor deve permitir “que o aluno discuta pressupostos teóricos, hipóteses descritivas e explicativas e sua adequação aos dados, e busque também construí-los e testá-los” (Travaglia, 2011, p. 136). Mais do que decorar conceitos e testar a capacidade de memorização dos alunos, é imprescindível que a aula de língua portuguesa seja um laboratório em que o aluno testa teorias e perceba as regras tácitas que a sua língua internalizadas possui.

Ainda sobre a importância de se ensinar gramática no ensino básico, uma visão importante é encontrada em Perini (2010, p. 41):

Em vez de eliminar pura e simplesmente o estudo de gramática na escola (com o que estaríamos *fechando* uma janela), é preciso redefini-la em termos de formação científica. Só assim essa disciplina – parte essencial do estudo da linguagem, o mais importante dos fenômenos sociais – poderá dar sua contribuição à alfabetização científica nossa e de nossos alunos.

O modo de se ensinar essa gramática que permite ao aluno encantar-se pela riqueza da sua língua, segundo nossa intuição, é aquele que, pautado nos avanços teóricos e metodológicos da Linguística, ofereça aos fatos linguísticos explicações eficazes e não que abram espaço para inconsistências, as quais geram inevitavelmente o desinteresse e a rejeição por essa disciplina. Para isso, de acordo com Ferrarezi Junior (2012, p. 24-25),

É importante, em primeiro lugar, que os alunos entendam que uma língua como o português (...), em toda sua complexidade, se manifesta de diversas formas. E, se queremos usar rótulos grosseiros aqui, podemos dizer que há uma realidade na língua falada e outra na língua escrita (...). Mas também é preciso demonstrar como essas realidades são complementares e não excludentes. Isso explicado, torna-se importante que os exemplos que venham a ser estudados pelos alunos iniciantes sejam, sim, exemplos “comportados”, ao menos no início dos estudos. A gente começa com o “feijão com arroz” da língua, com exemplos simples, e aí não importa se eles são tirados da fala ou da escrita,

desde que sejam plenamente compreensíveis, plenamente aceitos pelos alunos como fazendo parte de sua língua.

Iniciar uma análise e reflexão da língua materna com exemplos complexos não servem como prova de que a língua é assistemática, mas apenas para demonstrar que o professor não está comprometido com que tem sido a agenda de estudos da Linguística: demonstrar os padrões, as regras implícitas do sistema linguístico e fazer conhecer as opções que um usuário da língua dispõe no momento de produzir sentenças (que são o alicerce de qualquer texto). Analisar sentenças não é, pois, um fim em si, mas uma abstração que permite a qualquer indivíduo observar os princípios gerais da língua que utiliza.

Por fim, é importante ressaltar que não estamos fazendo uma crítica arbitrária à tradição gramatical em vista de uma visão que a rechace do currículo escolar. Pelo contrário, estamos aqui seguindo o que alerta Perini (2010, p. 34):

Esse ensino (o “ensino normativo” da língua) deve ser atacado com muita cautela e com toda a diplomacia. Como qualquer material potencialmente explosivo, deve ser manejado com cuidado. Acredito que com o desenvolvimento da leitura fluente e do hábito da leitura, a maior parte do problema acaba desaparecendo por si só. O que restar poderá ser objeto de ensino, mas sempre deixando bem explícito o verdadeiro papel do padrão escrito frente às variedades coloquiais. Não levar isso em conta resultará, fatalmente, em agravar os já sérios problemas que infestam nossa disciplina, o ensino em geral e, em última análise, a vida de nossos alunos.

Com isso, percebemos claramente que, embora enfoquemos neste artigo um fenômeno restrito à escrita, estamos diante de um importante subsídio a uma análise que, em vez de rejeitar simplesmente o que diz a tradição gramatical, aperfeiçoa as análises empreendidas usualmente e se efetiva como contribuição da Linguística para o ensino de língua portuguesa.

Na seção a seguir, apresentamos nosso apanhado acerca da análise tradicional da Crase.

3 A ANÁLISE TRADICIONAL DA CRASE

A Crase, fenômeno tipicamente estudado pelas gramáticas prescritivas e pelos livros didáticos, é definida para o português atual como a fusão da preposição ‘a’ com o artigo ‘a’ ou pronome ‘aquele’ (e variantes), marcado com o acento grave (´). Na análise tradicional, é elencada uma série de circunstâncias que devem ser consideradas para que haja ou não a fusão sugerida. Em outras palavras, os alunos, para saber utilizar a Crase, precisam ser submetidos àquelas

conhecidas listas de casos em que ocorre, casos em que não ocorrem e casos em que ela é facultativa.

A exigência básica para a ocorrência de Crase é a propriedade de alguns verbos (como os verbos de movimento e os bitransitivos) e substantivos e adjetivos deverbais (como ‘chegada’, ‘ida’, ‘referência’, ‘inerente’, ‘relativo’ etc.) regerem a preposição ‘a’. Se a palavra que aparece em seguida for precedida por um determinante como ‘a’ ou ‘aquele’, então estamos diante de um caso de Crase. Aprendemos na escola alguns macetes para descobrir se há ou não Crase, dentre eles, a troca da palavra feminina por uma masculina, observando se há a existência tanto de preposição como artigo.

A análise tradicional nos diz que nas sentenças a seguir há a fusão denominada Crase:

- (1) Pedro vai *à* festa.
- (2) O livro que eu comprei faz referência *à/àquela* escola.
- (3) A bondade é inerente *à* pessoa humana.

O que observamos em todas as gramáticas e nos livros didáticos é que o estudo da Crase é distribuído de acordo com os casos de obrigatoriedade, proibição e facultatividade de ocorrências. Se observarmos o modo como a Crase é apresentada tradicionalmente, perceberemos que apenas três níveis de análise linguística são considerados: os níveis fonológico, morfológico e sintático. Uma definição de Crase que ilustra isso com precisão é a seguinte, que aparece em Almeida (2009, p. 367, grifos nossos): “[...] fusão de dois *fonemas* vocálicos em um só. Trata-se da *contração* da *preposição* a com o *artigo definido* a(s) ou com os *pronomes demonstrativos* aquele(s), aquela(s) e aquilo, fenômeno graficamente indicado pelo acento grave”. Aqui, os níveis considerados por Almeida são: o fonológico – ao se referir a *fonemas vocálicos* a *contração*; e o nível morfológico – quando remete às *classes gramaticais* envolvidas na ocorrência de Crase.

O autor segue a sua definição de Crase:

Para a utilização do acento grave é necessário considerar as noções de *termo regente* e *termo regido*:

- a) Termo regente: é o verbo ou nome que exige complemento regido da preposição a.
- b) Termo regido: é o termo que completa o sentido do termo regente, admitindo a anteposição do artigo a(s) [...] (Almeida, 2009, p. 367, grifos nossos).

Dessa vez, foi a sintaxe o nível de análise considerado, uma vez que aqui se trata das relações de *regência* estabelecidas pelas palavras nas sentenças.

Embora não desenvolva, Almeida (2009) já considera a possibilidade de não haver Crase com palavras no plural, na seção ‘Casos em que não ocorre a Crase’: “c) no **a** singular anteposto a palavra no plural: Nunca vou a festas juninas. Não me refiro a atividades desonestas.” (Almeida, 2009, p. 371, grifo do autor). Mesmo aqui, apenas se considera a fonologia e a morfossintaxe na explicação. O autor não desenvolve uma explicação de natureza semântica.

Sobre a não ocorrência de Crase com palavras no plural, encontramos em Tersariol (2004, p. 270-271, grifo nosso) o seguinte trecho, numa seção chamada ‘Respostas aos Leitores’:

Pergunta se o “a” das frases a seguir admite o acento indicador de Crase: - Ligar a TV a cabo./ Presta serviço a parlamentares. Resposta: A palavra “cabo” é do gênero masculino. Não se admite Crase antes de palavras masculinas. “Parlamentares” é um substantivo de dois gêneros e está no plural. *Não ocorre a Crase, pois não há concordância.* A Crase seria admitida se a frase fosse assim redigida: Presta serviço às parlamentares Rosa e Clara.

O autor justifica o não emprego da Crase antes de ‘parlamentares’ por questões de concordância. Veremos, na seção sobre a não especificidade dos nomes nus, que a concordância não é o motivo pelo qual não deve ocorrer Crase nesse caso.

Verificamos algum tipo de consideração semântica no estudo da Crase apenas em Bechara (2010, p. 302, grifos do autor):

Se o substantivo estiver usado em sentido indeterminado, não estará precedido de artigo definido e, portanto, não ocorrerá **à**, mas **a**, que será mera preposição, como no exemplo: O imóvel foi vendido **a** construtora e será demolido para dar lugar **a** prédio.

Infelizmente, esse excerto é uma pequena observação feita ao longo de quatro páginas da seção destinada à explicação da Crase em Bechara (2010). Foi só nesse pequeno espaço que o autor levou em conta o que, segundo nossa intuição, é um critério extremamente relevante na ocorrência ou não de Crase: a semântica do nome que aparece depois da preposição.

Percebemos, então, que o estudo da Crase é, um entre tantos temas tratados na educação básica que carece de uma análise do ponto de vista semântico, conforme sustenta Ferrarezi Junior (2008, p. 10):

essa é uma deficiência justamente na “parte viva” da língua, naquilo que nos dá gosto na e pela língua, naquilo que nos faz sentir a língua em sua beleza e complexidade, que é a parte dos sentidos que ela assume. Essa deficiência, portanto, é uma das grandes responsáveis por uma prática semimorta de ensino de língua materna grandemente difundida no Brasil, pela chatice costumeiramente atribuída pelos alunos às aulas de língua materna, pela – sem trocadilhos – ausência de sentido no que se faz naquelas que deveriam ser as aulas mais interessantes da escola: as aulas de língua.

Desse modo, o que apresentamos a seguir é uma proposta de ensino da Crase que leve em conta o significado linguístico e todas as suas nuances, que podem fazer da aula de língua portuguesa esse lugar de prazer e de descoberta que tanto temos ansiado.

Os fundamentos teóricos que nos levará à análise semântica da Crase começam a ser apresentados na seção a seguir, sobre a contabilidade dos nomes no PB.

4 A CONTABILIDADE DOS NOMES NO PB

Müller (2002) e Paraguassu-Martins (2010) são dois importantes trabalhos dentro da literatura em Semântica Formal que versam sobre a expressão de número no PB. As noções apresentadas nesses dois trabalhos nos servem para iniciar o percurso pela análise semântica de nossa língua até chegar ao estudo da Crase.

Aprendemos desde cedo que o singular e o plural das palavras dependem da presença ou ausência do morfema gramatical {-s}. Vejamos:

- (4) a. livro
- b. livros

Aprendemos na escola que (4a) expressa o singular e (4b) expressa o plural do conjunto dos livros. No entanto, essa definição falha se consideramos uma sentença como (5):

- (5) Lucas comprou *livro*.

Vejamos as condições de verdade da sentença (5):

(5') Se Lucas comprou uma unidade de livro, então ‘Lucas comprou livro’ é uma sentença verdadeira.

(5”) Se Lucas comprou mais de uma unidade de livro, então ‘Lucas comprou livro’ é uma sentença verdadeira.

Observando as condições de verdade da sentença, percebemos que ‘livro’ em (5) é um nome² neutro em relação ao número, pois pode ter como referência tanto o singular quanto o plural do conjunto denotado pelo nome ‘livro’. É essa a análise que Müller (2002) faz da denotação dos nomes comuns no PB: segundo a autora, singular e plural são operações realizadas sobre nomes comuns dentro da sentença.

Segundo a autora, o singular é o resultado de uma operação de singularização, trata-se da seleção dos átomos do conjunto em questão. Por exemplo, se tivéssemos no mundo apenas três livros (livro A, livro B e livro C), então o singular seria a seleção apenas dos indivíduos mínimos: ou o livro A ou o livro B ou o livro C, como vemos na figura 01:

FIGURA 01 – Denotação singular de ‘livro’ / Singular denotation of ‘book’



Fonte: Elaborada pelos autores

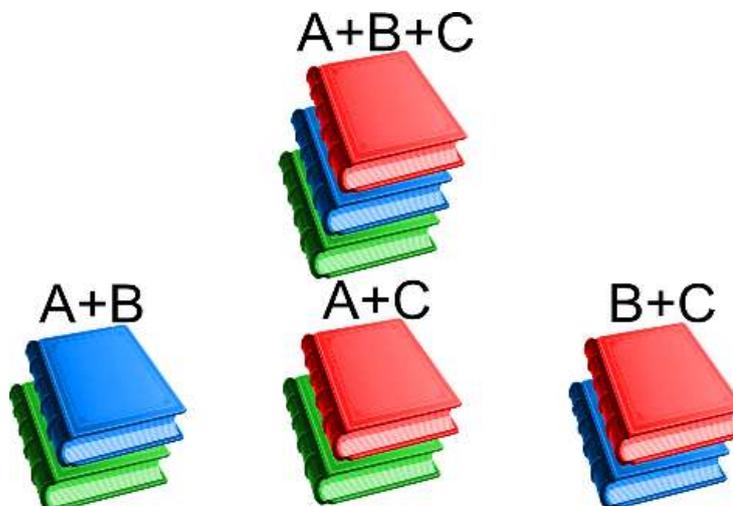
Em sentenças como as de (6) a seguir é apenas aos átomos do conjunto dos livros que nós nos referimos. A operação de singularização se dá em (6a) por meio do determinante ‘um’ e em (6b) pelo determinante ‘meu’:

² *Nome* designa aqui o que a tradição gramatical costuma chamar de *substantivo*. Entre outros motivos, essa rotulação se dá pelo fato de que “os substantivos nem sempre representam coisas que têm substância” (Ferrarezi Júnior., 2012, p. 17).

- (6) a. Lucas comprou *um livro*.
 $[[\textit{um livro}]]^3 = | A \textit{ ou } B \textit{ ou } C |$
 b. Lucas comprou *meu livro*.
 $[[\textit{meu livro}]] = | A \textit{ ou } B \textit{ ou } C |$

Segundo Müller (2002), o plural de um nome é a exclusão dos átomos e a seleção apenas das pluralidades, como vemos na Figura 02:

FIGURA 02 – Denotação plural de ‘livro’ / Plural denotation of ‘book’



Fonte: Elaborada pelos autores

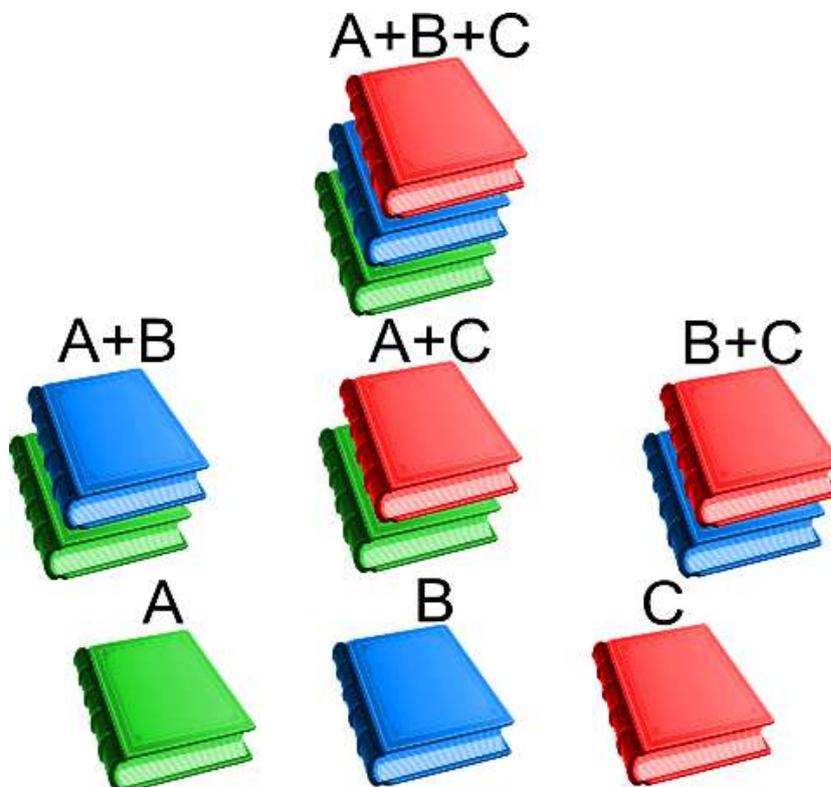
Em (7) a seguir, os átomos do conjunto dos livros estão excluídos e o que gera a operação de pluralização do nome ‘livro’ é o determinante ‘os’ em (7a), que seleciona a soma máxima (A+B+C) dos indivíduos, e o determinante ‘alguns’ em (7b), que seleciona uma das somas dos indivíduos (ou A+B ou A+C ou B+C):

- (7) a. Lucas comprou *os livros*.
 $[[\textit{os livros}]] = | A+B+C |$
 b. Lucas comprou *alguns livros*.
 $[[\textit{alguns livros}]] = | A+B \textit{ ou } A+C \textit{ ou } B+C |$

³ Os colchetes duplos em Semântica Formal indicam a denotação do termo entre os colchetes. No caso do exemplo (6a) lê-se: “a denotação de ‘um livro’ é igual aos átomos A, B ou C”.

O que a autora conclui é que a denotação de um nome comum como 'livro' inclui no léxico e na sentença, quando não sofre operações semânticas, tanto as singularidades quanto as pluralidades, da seguinte forma:

FIGURA 03 – Denotação neutra de 'livro' / Neutral denotation of 'book'



Fonte: Elaborada pelos autores

É, pois, essa a denotação da sentença (5), repetida aqui:

(5) Lucas comprou *livro*.

$[[\textit{livro}]] = | A \text{ ou } B \text{ ou } C \text{ ou } A+B \text{ ou } A+C \text{ ou } B+C \text{ ou } A+B+C |$

Baseando-se nisso, Paraguassu-Martins (2010, p. 70) defende que:

o PB apresenta o fenômeno de número geral, denotação singular e plural. Em consequência, como Rullmann e You (2003) defendem para a maioria das línguas com número geral e morfologia de plural, defende-se que o PB pode utilizar o plural ou o número geral para descrever situações envolvendo mais que uma entidade.

Já percebemos que (5) pode descrever uma situação em que Lucas tenha comprado apenas um livro, como também mais de um livro. Por essa razão o sintagma ‘livro’ é denominado de Nome Nu Neutro (doravante NNN): é um nome *nu* porque ele não vem acompanhado de determinantes (artigo, pronome, numeral ou quantificadores) e é *neutro* porque não distingue entre singular e plural, já que não há operadores de singularização ou pluralização nesse sintagma.

Além do NNN, outro sintagma que aparece nu no PB é o *Plural Nu*, que discutiremos na seção a seguir, em que apresentamos a noção da especificidade, uma categoria semântica indispensável para uma análise semântica da Crase.

5 A NÃO-ESPECIFICIDADE DOS NOMES NUS

Expusemos anteriormente a questão da expressão do número no PB, seguindo Müller (2002) e Paraguassu-Martins (2010). Agora passamos à discussão da noção da especificidade a partir do apanhado que Taveira da Cruz (2008) faz acerca dessa categoria.

Taveira da Cruz (2008, p. 39), recorrendo a Von Heusinger & Kaiser (2003), sustenta que “Um nominal [+esp] tem como seu referente um subconjunto de um conjunto que já tenha sido introduzido no domínio discursivo. O nominal [-esp] não está ligado a um subconjunto de um conjunto já estabelecido”. Essa distinção pode ser observada no par de sentenças a seguir, exemplos do próprio autor:

- (8) a. Maria quer comprar *um terreno*. Mas Pedro não vai vendê-lo.
b. Maria quer comprar *um terreno*. Mas ela ainda não achou algum que lhe agrade.

O sintagma indefinido singular ‘um terreno’ tem interpretação específica em (8a), já que se refere a um subconjunto do conjunto dos terrenos – não estamos nos referindo a qualquer terreno, o terreno que Maria quer comprar é o terreno que pertence a Pedro (um subconjunto do conjunto dos terrenos). Por seu turno, em (8b) ‘um terreno’ tem interpretação não-específica, pois se refere a qualquer indivíduo do conjunto dos terrenos – Maria quer comprar qualquer X, desde que X faça parte do conjunto dos terrenos. Ser não-específico, portanto, significa ser um indivíduo qualquer que faça parte de um dado conjunto.

Taveira da Cruz (2008) nos apresenta ainda o resultado da especificidade com o NNN ‘terreno’:

- (9) a. *Maria quer comprar *terreno*. Mas Pedro não vai vendê-lo.
b. Maria quer comprar *terreno*. Mas ela ainda não achou algum que lhe agrade.

Como vemos, apenas a leitura não-específica está disponível para o NNN ‘terreno’, leitura explicitada em (9b). (9a) é uma sentença agramatical porque não podemos retomar anaforicamente o sintagma ‘terreno’, que é neutro entre singular e plural, com um termo anafórico singular.

Adiantamos anteriormente que nessa seção trataríamos do Plural Nu, outro tipo de sintagma sem determinante que também nos interessa. Realizando o teste de especificidade com o Plural Nu ‘terrenos’ em (10), percebemos que seu comportamento é ambíguo, de modo semelhante ao que ocorre com o indefinido singular em (8):

- (10) a. Maria quer comprar *terrenos*. Mas Pedro não vai vendê-los.
b. Maria quer comprar *terrenos*. Mas ela ainda não achou alguma que lhe agrade.

Como vimos até aqui, o PB licencia nomes nus (NNN e Plural Nu) em posição governada (posição de argumento interno): o NNN é uma opção linguística para descrevermos situações com mais de uma entidade; e tanto o NNN quanto o Plural Nu são opções para nos referirmos a qualquer indivíduo do conjunto denotado por um nome (leitura não-específica). Se esses dois sintagmas são opções para os usuários do PB, cabe a nós avaliarmos como esses nomes nus se comportam em Sintagmas Preposicionados (SP) encabeçados pela preposição ‘a’, verificando assim a ocorrência ou não de Crase.

6 ANÁLISE SEMÂNTICA DA CRASE

Antes de começarmos nossa análise é preciso estar bem claro que nomes nus são nomes que não apresentam determinantes, isto é, não têm artigos, numerais, pronomes nem quantificadores à sua esquerda, conforme já apresentamos na seção anterior. Assim, temos nomes nus nos seguintes exemplos:

- (11) a. João veio de *carro*.
b. Maria comeu *biscoitos*.

Em (11a), o NNN ‘carro’ é não-específico e é neutro em relação ao número: significa que João veio em um carro qualquer ou em carros quaisquer, já que João pode ter utilizado apenas um carro ou mais de um carro para realizar o trajeto e ainda assim (11a) seria uma sentença possível para descrever a situação. Em (11b) temos o Plural Nu ‘biscoitos’ que tem disponível uma leitura não-específica, significando que Maria comeu biscoitos quaisquer.

Municiados pelos estudos dos nomes nus, somos impelidos a uma análise mais acurada do fenômeno da Crase e a questionar a maneira pela qual o fenômeno é visto tradicionalmente. O problema dessa análise tradicional se apresenta quando pensamos na não-especificidade e/ou neutralidade numérica, exigida em certas sentenças, impondo-nos o uso de um nome sem determinante. Qual seria nosso julgamento acerca das sentenças em (12)-(14)? Completaríamos as lacunas com ‘a’ ou com ‘à’?:

- (12) Maria vai ___ loja quando está estressada.
- (13) Pedro vai ___ festas nos fins de semana.
- (14) No mês de março, o reitor vai ___ formatura.

Um dos macetes dados para asseverar se em um dado caso ocorre ou não Crase é a troca do nome feminino por um nome masculino. Substituindo o nome feminino ‘loja’ de (12) por um nome masculino como ‘mercado’, vemos duas possibilidades: uma em (15a), em que vemos o artigo masculino antes do nome, ‘*o mercado*’ – e outra em (15b), em que vemos um NNN, ‘*mercado*’:

- (15) a. Maria vai *ao mercado* quando está estressada.
- b. Maria vai *a mercado* quando está estressada.

Observando bem esse par de sentenças, percebemos que a distinção entre elas não é meramente fonológica, morfológica ou sintática, mas alcança o nível semântico, uma vez que a interpretação de uma difere da outra. Se o que segue a preposição ‘a’ é um Sintagma de Determinante (SD), como ‘*o mercado*’ em (15a), a interpretação é específica: Maria geralmente vai a um *mercado específico*, isto é, é sempre o mesmo mercado que ela vai, quando está estressada. Se, por outro lado, o que aparece depois da preposição é um sintagma nominal nu, um NNN como

‘mercado’ em (15b), a interpretação é não específica – Maria geralmente vai a *qualquer mercado* quando ela está estressada.

Aceitamos sem desconfiança a sentença em (15b) porque sabemos que ‘mercado’ é um nome masculino e é não-específico, por isso não há o determinante masculino ‘o’ para se combinar com a preposição ‘a’, o que mudaria completamente a interpretação da sentença. Como ficam, então, nossas sentenças de (12)-(14)? Utilizar ‘a’ ou ‘à’ também do tipo de leitura que desejamos dar ao argumento interno: se específica, marcamos a Crase por meio do acento, pois apenas SD (artigo ‘a’ + nome) tem leitura específica; se não específica, não podemos marcar com acento, pois não há artigo para fundir-se à preposição, afinal trata-se de um nome nu (apenas nome). Assim, temos duas possibilidades:

- (16) a. Maria vai *à loja* quando está estressada. [leitura específica]
b. Maria vai *a loja* quando está estressada. [leitura não-específica]
- (17) a. Pedro vai *às festas* no fim de semana. [leitura específica]
b. Pedro vai *a festas* no fim de semana. [leitura não-específica]
- (18) a. No mês de março, o reitor vai *à formatura*. [leitura específica]
b. No mês de março, o reitor vai *a formatura*. [leitura não-específica]

Parece-nos, contudo, que a leitura preferida em sentenças com um teor genérico, como é o caso dessas, é sempre a leitura não-específica – exemplos em (b) –, ou seja, utilizamos sempre um nome nu para expressar generalizações. Quando desejamos especificar algo nessas sentenças, fazemos isso por meio da modificação:

- (16’) a. Maria vai *à loja da amiga* quando está estressada.
(17’) a. Pedro vai *às festas da boate Z* no fim de semana.
(18’) a. No mês de março, o reitor vai *à formatura do filho*.

Uma atenção especial para o caso em (18) e (18’): quando o nome vem acompanhado de determinante ‘a’, como em (18’), a interpretação é de um episódio futuro que ocorrerá uma única vez: o reitor vai à formatura do seu filho que ocorrerá em março; já quando o nome é nu, como em (18), a interpretação que temos é de um hábito, isto é, o reitor sempre participa de formaturas no mês de março. Como o NNN pode descrever situações com mais de uma entidade, então o NNN ‘formatura’, pode ser utilizado nessa circunstância de modo produtivo.

Temos aqui já a explicação para a não ocorrência de Crase antes de palavra no plural, como é o caso em (17) e foi o caso apresentado na terceira seção desse trabalho. Retomemos os dois exemplos aqui:

(17) Pedro vai a *festas* no fim de semana.

(19) Presta serviço a *parlamentares*.

Tanto ‘festas’ como ‘parlamentares’ aparecem nessas sentenças com interpretação não-específica, característica dos nomes nus. Se são nomes sem determinantes, então não ocorre Crase porque não há artigo ‘a’ para fundir-se à preposição ‘a’ que aparece antes do Plural Nu. Vejamos que é a interpretação que desejamos dar que não licencia a Crase, pois se, do contrário, a interpretação deseja fosse a específica, então a Crase seria licenciada.

Até aqui utilizamos apenas o verbo ‘ir’, já que é muito utilizado em contextos de Crase, contudo essa análise não se aplica apenas a esse verbo. Com predicadores como ‘referir-se a’/‘fazer referência a’, ‘ter acesso a’ e ‘interessar a’, podemos utilizar nomes nus para indicar não-especificidade:

(20) A população brasileira não tem acesso *a escola*.

[[*a escola*]] = a qualquer escola

(21) Os artigos daquela loja só interessam *a mulher*.

[[*a mulher*]] = a qualquer mulher

(22) O diretor fez referência *a professora* em seu discurso.

[[*a professora*]] = a uma professora qualquer

Para finalizar, vejamos os exemplos a seguir:

(23) a. Pedir dinheiro ao banco é um equívoco. [*leitura específica*]

b. Pedir dinheiro *a banco* é um equívoco. [*leitura não-específica*]

Nas sentenças de (23), em que temos nomes masculinos saturando o predicador, fica evidente que a presença/ausência de determinante é extremamente significativa. Se substituirmos

o nome masculino ‘banco’ por um nome feminino como ‘financeira’, devemos ter a mesma semântica:

- (24) a. Pedir dinheiro à financeira é um equívoco. [*leitura específica*]
b. Pedir dinheiro a financeira é um equívoco. [*leitura não-específica*]

Em (24) temos: em (a), há uma financeira x e é só a essa financeira x que é um equívoco pedir dinheiro; em (b), é um equívoco pedir dinheiro a qualquer entidade que pertença ao conjunto das financeiras.

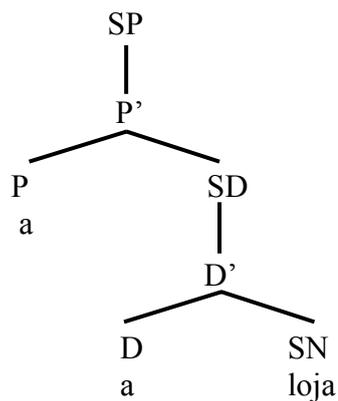
Essa análise, que segue os princípios da Semântica Formal, demonstra que, mais do que uma lista de ocorrências, proibições e facultatividade, a Crase pode ser um instrumento de análise e reflexão da língua por parte do aluno, auxiliado pelo professor, a partir dos efeitos semânticos produzidos pela ausência/presença de um determinante em um sintagma, não apelando para explicações meramente estruturais ou estilísticas do fenômeno da Crase.

Na seção a seguir, a fim de aprimorar ainda mais nossa discussão, demonstramos a interface sintaxe-semântica da Crase, a fim de deixar ainda mais claro a proposta que estamos apresentando aqui.

7 A INTERFACE SINTAXE-SEMÂNTICA DA CRISE

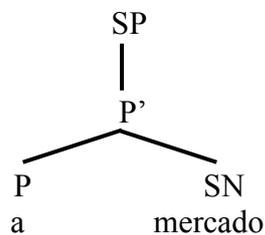
Se considerarmos, conforme Müller (2004) e Simioni (2011), que o NNN é um SN e não um SD, podemos estabelecer a distinção sintática da sentença (17), repetida a seguir, da seguinte forma:

- (25) a. Maria vai à loja quando está estressada. [*leitura específica*]
b. [a [a [loja^{SN}]^{SD}]^{SP}]



(26) a. Maria vai *a loja* quando está estressada. [*leitura não-específica*]

b. [a [loja^{SNj}] ^{SPj}]

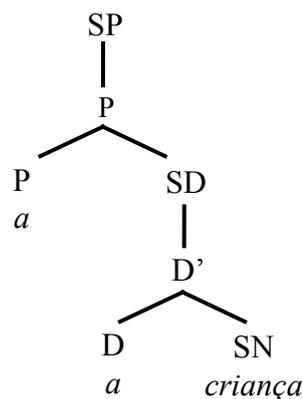


Como visualizamos em (25b), que apresenta o sintagma preposicionado com leitura específica, temos ocorrência de Crase porque há ali preposição ‘a’ e artigo ‘a’. Já no segundo caso, exposto em (26), quando a interpretação do sintagma é não específica, não temos artigo ‘a’ e, por isso, não ocorre Crase.

Retornando à questão que apresentamos inicialmente, temos duas possibilidades de leitura para o texto do artigo 243 do ECA.

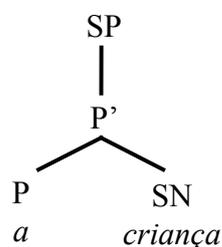
(27)a. É proibido vender bebida *à criança*. [*leitura específica*]

b. [a [a [criança^{SNj}] ^{SDj}] ^{SPj}]



(28)a. É proibido vender bebida *a criança*. [*leitura não-específica*]

b. [a [criança^{SN}]^{SP}]



O redator da lei optou pela escrita conforme (28a) e são critérios semânticos que explicam essa opção: a não-especificidade e a neutralidade de número do NNN ‘criança’, que é, como vimos, uma opção produtiva para os usuários do PB.

Apresentamos a seguir nossas considerações finais.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta que apresentamos aqui, tendo como fundamentos os estudos em Semântica Formal acerca denotação dos nomes nus e do ensino de língua materna, discorreu sobre um fenômeno que acontece no PB apenas na sua modalidade escrita e que é amplamente estudado nas aulas de língua portuguesa. O que temos visto na abordagem tradicional do fenômeno é uma carência de considerações linguísticas, especialmente semânticas, visto que não encontramos sequer uma menção, na tradição gramatical, a qualquer uma das noções que aqui discutimos.

Nosso trabalho visa à elucidação do fenômeno da Crase a partir de considerações linguísticas, de natureza semântica e chegamos aos seguintes resultados:

i) os níveis de análise linguística considerados nos estudos da tradição gramatical da Crase são os níveis fonológico, morfológico e sintático.

ii) considerar o nível semântico nos permite explicar a conteúdo a não ocorrência de Crase em certas circunstâncias em que a opção feita pelo usuário é a de uma neutra numericamente e/ou não-específica.

Somos levados a concluir, portanto, que o estudo da Crase, e de modo mais amplo o ensino de língua portuguesa, não pode prescindir do nível semântico de análise linguística, sob pena de reduzir a complexidade e precisão das análises linguísticas e, principalmente, de tornar-se um obstáculo ao envolvimento dos alunos com a reflexão de sua própria língua.

Ficaram de fora de nossa análise muitas outras questões, incluindo as que dizem respeito à Crase em adjunções, objeto de análise em trabalhos posteriores. Por enquanto, apresentamos uma importante contribuição da Semântica Formal para o ensino de língua portuguesa e uma discussão sobre o ensino de gramática que, apesar dos inúmeros problemas ligados a esse tipo de ensino, continua sendo um importante instrumento de alfabetização científica e, claro, quando realizado de modo amadurecido, de enriquecimento da competência comunicativa do aluno, usuário e, por que não, futuro estudante da língua.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, N. T. de. **Gramática da Língua Portuguesa para concursos**. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BECHARA, E. **Gramática escolar da Língua Portuguesa**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- BRASIL. 1990. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 12/07/2016.
- BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- FERRAREZI JUNIOR, C. **Semântica para a educação básica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- _____. **Sintaxe para a educação básica**. São Paulo: Contexto, 2012.
- MÜLLER, A. Genericity and the denotation of common nouns in Brazilian Portuguese. **DELTA - Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 18, n.2, p. 287-308, 2002.
- _____. Tópico, foco e nominais nus no PB. In: L. NEGRI et al. (org.). **Sentido e Significação**. São Paulo: Contexto, p. 77-95, 2004.
- NEGRÃO, E. V. A natureza da linguagem humana. In: J. L. FIORIN (org.). **Linguística? Que é isso?** São Paulo: Contexto, 2013, p. 75-109.
- NOGUEIRA, M. T. Contribuições da descrição e análise linguística ao ensino de língua materna. In: M. A. LIMA et al. (org.). **Reflexões linguísticas e literárias aplicadas ao ensino**. Teresina: EDUFPI, 2010, p. 209-230.

PARAGUASSU-MARTINS, N. da R. S. **A contabilidade dos nomes no português brasileiro**. São Paulo, SP. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, 2010.

PERINI, M. A. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

SIMIONI, L. **Concordância em construções passivas com argumentos pré e pós-verbais, e incorporação de nomes nus no PB**. São Paulo, SP. Tese (Doutorado) Universidade de São Paulo, 2011.

TAVEIRA DA CRUZ, R. **O singular nu e a (pseudo) incorporação no PB**. Florianópolis, SC. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

TERSARIOL, A. **Tira-dúvidas de Português de A a Z**. Erechim: Edelbra, 2004.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática**. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Gramática: Ensino Plural**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

VON HEUSINGER, K.; KAISER, G. A. Animacy, specificity and definiteness in Spanish. *In*: K. VON HEUSINGER; G. A. KAISER. (ed.). **Proceedings of the workshop “Semantic and syntactic aspects of specificity in Romance languages”**. Konstanz, Arbeitspapier 113. Fachbereich Sprachwissenschaft, Universität Konstanz, p. 41-65, 2003.

NIZE PARAGUASSU MARTINS

Possui graduação em Licenciatura Plena em Letras - Português pela Universidade Estadual do Piauí (2002), mestrado em Linguística pela Universidade de São Paulo (2005) e doutorado em Letras pela Universidade de São Paulo (2010). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Teoria e Análise Linguística. Atualmente, é professora DE da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), faz parte do quadro de professores permanentes do Programa de Mestrado Profissional em Letras, desenvolvendo suas pesquisas nas seguintes áreas: Teorias da Linguagem e Ensino e Semântica Formal. E-mail: nparaguassu@hotmail.com

RIVANILDO DA SILVA BORGES

Graduado em Licenciatura Plena em Letras-Português pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI (2016). Professor de Língua Portuguesa de 2º ciclo (Ensino Fundamental II) do quadro permanente da Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) de Teresina - PI. Participa do grupo de pesquisa A Semântica Das Línguas Naturais da UESPI, desenvolvendo pesquisas em Semântica Formal. e-mail: rivanildosilva32@hotmail.com

Enviado em 01/03/2017.

Aceito em 30/04/2017.